REPÚBLICA PORTUGUESA

MINISTRO DA DEFESA NACIONAL

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião das celebrações do Dia Internacional da Mulher

Museu da Marinha, Lisboa, 8 de março de 2019

Vocativos

O Dia Internacional da Mulher 2019 serve de pretexto para nos relembrar que, em conjunto, a nossa sociedade vai avançando no caminho da Igualdade entre homens e mulheres. Mas serve também para nos relembrar que faltam ainda muitos passos, passos que estão ao nosso alcance darmos, para que nos possamos dar por satisfeitos. Efetivamente, depois de todo o progresso, devemos neste momento reconhecer que em pleno século XXI permanecem ainda, profundamente enraizados, elementos de resistência à concretização dos direitos humanos em Portugal – tal como em outros pontos do globo.

A Defesa Nacional não é exceção. Também aqui a igualdade entre homens e mulheres continua a requerer a nossa atenção. O universo da Defesa Nacional foi, durante séculos, um exclusivo masculino, associando a guerra à masculinidade. Desconstruir esta ligação deve fazer parte da nossa missão. A nossa ambição é termos Forças Armadas cada vez mais preparadas para cumprirem o alargado leque

de missões que lhes atribuímos, e não tenho dúvidas que a maior participação de mulheres, em todos os níveis e em todas as funções militares, é um dos elementos necessários para atingirmos esse desiderato. Precisamos de criar e melhorar condições para que a Defesa Nacional possa beneficiar plenamente da diversidade da nossa sociedade, de forma a cumprir na íntegra as suas missões de soberania.

Os números atuais mostram o largo caminho que temos a percorrer. É certo que o panorama das outras democracias ocidentais é semelhante, muito embora nos possamos inspirar com a experiência de outros países. Na Eslovénia, por exemplo, há uma mulher como Chefe de Estado Maior-General das Forças Armadas. Algum dia, aqui em Portugal, lá chegaremos. Entre nós, foi apenas a partir de 1991 que a Lei passou a consagrar o ingresso de mulheres na carreira militar. Contudo, embora Portugal apresente hoje paridade ao nível dos civis que integram o universo da Defesa Nacional, o número de mulheres

militares tem permanecido apenas ligeiramente acima dos 10%. Temos claramente um desafio nas Forças Armadas.

Falta-nos alguma informação, mais detalhada sobre a participação das mulheres na Defesa Nacional. Vamos trabalhar para entender o que leva as jovens mulheres a ingressar na carreira militar, e também o que as afasta. Queremos perceber porque abandonam a carreira militar, quando isso acontece, e quais as expetativas que trazem quando iniciam funções. É surpreendente que apesar destes anos todos em que temos mulheres nas Forças Armadas, estes temas sejam ainda pouco conhecidos e pouco estudados. Trata-se de algo que precisamos de corrigir para conseguirmos uma melhoria significativa nos números de recrutamento e de retenção de mulheres para as Forças Armadas. Essa evolução será um contributo para melhorarmos os números globais da igualdade entre homens e mulheres em Portugal, mas quero ser claro, enquanto Ministro da Defesa Nacional que considero que essa evolução será em primeiro lugar um contributo para termos

Forças Armadas mais preparadas e mais competentes. Já atribuí aos três Chefes dos Ramos, a responsabilidade de melhorar o nível quantitativo de recrutamento de mulheres, e estarei muito atento aos números.

Naturalmente que os números, por si só, serão insuficientes se não forem acompanhadas de medidas concretas que visem apoiar as mulheres, na abertura de novas perspetivas de carreira e realização pessoal no contexto da Defesa Nacional. Por isso, apresentamos hoje, neste dia simbólico, o Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade para 2019-2021, que é uma ferramenta central para a criação dessas condições.

Quero sublinhar a importância que atribuo à parceria que estabelecemos com o Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, em particular entre a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e a Secretaria de Estado da Defesa Nacional,

no âmbito da construção deste instrumento e que muito nos honra. O meu muito obrigado à Sra Ministra Mariana Vieira da Silva pela sua presença aqui hoje, e igualmente à Secretária de Estado Rosa Monteiro. E não possa deixar de assinalar que está também connosco a anterior titular deste cargo, a Sra Deputada Maria Manuel Leitão Marques, que foi sempre uma inspiração neste trabalho. Igualmente importantes foram os contributos do EMGFA e dos três Ramos das Forças Armadas, bem como das diferentes estruturas do Ministério da Defesa Nacional, com vista à elaboração de um diagnóstico claro da situação atual. Agora, a implementação do Plano Setorial compromete-nos a todos, e tanto eu como a Senhora Secretária de Estado estaremos particularmente atentos ao cumprimento das metas e das ambições.

O Plano Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade identifica três eixos claros de atuação – Igualdade, Conciliação e Formação – e metas concretas a atingir nos próximos três anos. Quisemos que fosse uma

ferramenta prática, que servisse de guie para a ação de todos os intervenientes da Defesa Nacional. O Plano está alinhado, quer com os instrumentos internacionais de que Portugal é parte, designadamente a ***Resolução 1325*** do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança, quer com a ***Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação*** e com o ***Programa 3 em Linha***, que promove a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar. Estamos portanto a dar um passo essencial para cumprir ambições nacionais, e também as convenções internacionais que subscrevemos.

O primeiro eixo, da Igualdade, visa garantir estruturas de governação que integrem o combate à discriminação, e a promoção da igualdade nos objetivos e nas ações da Defesa Nacional, a todos os níveis. Queremos garantir que todos os níveis de liderança estão sensibilizados para as questões da igualdade e da não discriminação. Entre outras medidas, temos por exemplo a criação de *gender advisors*

(utiliza a expressão em inglês porque este termo tem sido adotado pelas FA dos países da NATO, mas nada nos impede de falar de conselheiros para a igualdade de género) que funcionarão junto das Chefias militares; teremos também um Gabinete da Igualdade no MDN para garantir o acompanhamento constante e uma promoção ativa destas medidas. Vamos criar uma estratégia de comunicação para a Defesa Nacional que garanta que as questões de Igualdade são tidas em conta em todos os níveis de comunicação. Vamos desenvolver um estudo atualizado sobre a situação das mulheres nas FA que nos permita um olhar mais atento sobre o recrutamento e a retenção de mulheres nas estruturas militares; e vamos criar o Prémio da Defesa Nacional para a Igualdade, para que anualmente possamos distinguir exemplos excecionais.

No eixo da Conciliação, a aposta vai no sentido da divulgação dos mecanismos já existentes de conciliação da vida profissional, pessoal

e familiar. Sabemos que a vida militar tem especificidades e condicionantes, mas sabemos também que podemos ir bem mais longe do que tem sido feito até agora. Vamos também melhorar as infraestruturas de apoio à parentalidade, entre outras. Estas são questões que são particularmente valorizadas pelas mulheres, devido às tradições da nossa sociedade, mas elas são aqui pensadas para homens e mulheres de igual forma.

No eixo da Formação procura-se que as questões de Igualdade entre Homens e Mulheres seja um tema transversal em todos os cursos ministrados no universo da Defesa Nacional. Iremos promover a certificação de formadores nestas matérias, para que possam atuar como multiplicadores. Portugal tem boas experiências neste domínio, mas elas carecem de sistematização e de um maior impulso.

No seu conjunto, estas medidas representam um compromisso real, concreto e de médio-longo prazo deste ministério com os objetivos de Igualdade e Não Discriminação previstos pela Constituição. Estas medidas vão contribuir para Mais Recrutamento e Melhor Retenção. A atratividade de uma carreira na Defesa Nacional, no nosso entender, passa pelo cuidado com aqueles que a integram, homens e mulheres, e insuficiente atenção tem sido dedicado até agora às especificidades das mulheres.

Minhas senhoras e meus senhores,

A Defesa Nacional é e permanecerá um reflexo da sociedade que temos e cabe por isso a todas as chefias, civis e militares, um compromisso com estes objetivos, sem ambiguidades. Vamos acompanhar este tema de perto.

A ideia errónea de que a capacitação e promoção das mulheres nesta e noutras áreas da vida em sociedade se faz à custa dos homens e contra eles tem de ser ultrapassada. Esse é um argumento enraizado no medo, e no desejo de minar o progresso das sociedades democráticas. A democracia significa igualdade entre todos os cidadãos, independentemente do sexo, raça, etnia, religião ou orientação sexual, e a Defesa Nacional está comprometida com esta visão. É com este ânimo que a Defesa Nacional dará o seu contributo para a sociedade que pretendemos para Portugal.

Para combatermos estereótipos e preconceitos culturais, os símbolos são da maior importância. Mudar a imagem e dar visibilidade às mulheres que diariamente atuam em setores considerados masculinos tem de fazer parte dos nossos esforços. É por isso que queremos mostrar mulheres soldados, mulheres a pilotar aviões, a comandar navios, a liderar forças em teatros operacionais. Queremos mostrar

mulheres Generais, adidas, submarinistas e paraquedistas. Enfim, mulheres em todas as funções militares. E queremos uma Defesa Nacional que lhes crie as condições para que as mulheres possa também sonhar com estas carreiras, e transformar os seus sonhos em em realidade.

A condecoração de seis pioneiras dos longínquos anos 60 – uma delas aqui presente hoje – é uma forma simbólica de destacar o seu caráter inovador e arrojado. As Seis Marias, como ficaram carinhosamente conhecidas, integraram as Forças Armadas em 1961. Foram as primeiras mulheres portuguesas a ser treinadas e enviadas para situações de conflito armado. Numa época em que a sociedade portuguesa era extremamente conservadora, entraram no mundo exclusivamente masculino das Forças Armadas e vestiram o uniforme militar que até então era reservado apenas aos homens. A sua atitude de entrega total à causa, e a sua capacidade de abrir novos caminhos,

mostrando perseverança na adversidade, mostrando visão rasgada em tempos de vistas curtas, merece o nosso reconhecimento como um exemplo intemporal e fundamental para o avanço das sociedades democráticas.

Hoje, ao condecorá-las, estamos a celebrar todos as pioneiras da Defesa Nacional (e tivemos hoje três pioneiras da atualidade no palco). São exemplos importantes para as mulheres, mas são sobretudo exemplos que honram e orgulham as Forças Armadas portuguesas.

A todas os meus parabéns! Parabéns à Defesa Nacional que hoje dá um passo de grande relevância para uma sociedade mais igual e mais justa. Contamos com todos, e contamos especialmente com as lideranças do Ministério, dos Ramos e do EMGFA, para uma implementação rápida e eficaz das medidas hoje aqui apresentadas.

Muito obrigado.